

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

**OBESIDADE NA REGIÃO SUL DO BRASIL E FORMAS DE
ENFRENTAMENTO¹**
**OBESITY IN THE SOUTHERN REGION OF BRAZIL AND FORMS OF
COPING**

Karini Pitol², Karina Ribeiro Rios³

¹ Trabalho de Pesquisa acadêmica

² Aluna do Curso de Graduação em Nutrição da UNIJUI, karinipitol019@gmail.com;

³ Professora Mestre do Departamento de Ciências da Vida, karina.rios@unijui.edu.br.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000) a obesidade é definida como um acúmulo anormal ou excessivo de gordura no corpo. Sendo assim, é considerada uma doença integrante ao grupo de Doenças e Agravos não Transmissíveis (DANT). A condição de obesidade é um fator de risco no qual aumenta as chances de desenvolver outras doenças, como a hipertensão arterial sistêmica, diabetes Mellitus do tipo 2, enfermidades cardiovasculares, acidente vascular cerebral, alguns tipos de câncer e diversas alterações hormonais e metabólicas. (WANNMACHER, 2016; ANS, 2017). Pode-se ainda reforçar preocupação com a obesidade, pelo fato de apresentar como desfecho, óbitos por condições ou causas evitáveis.

Há décadas observa-se que o aumento da prevalência de obesidade e sobrepeso não é característico de uma ou outra faixa etária, ou seja, é uma condição que se expressa em todos os estratos etários e níveis socioeconômicos, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. (RECH. et al, 2010). Conforme dados apresentados pelo estudo Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, VIGITEL (2017), no período de 2006 a 2016 o Brasil teve um aumento de 7,1% na variação da obesidade, sendo esta diagnosticada com valores de índice de massa corporal igual ou superior a 30 kg/m².

Segundo a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade - ABESO (2019), o maior percentual de obesos se encontra na região sul do país, mais precisamente no estado do Rio Grande do Sul, correspondendo a 56,08% da população. Isto posto, corrobora com a asserção de Gigante (1997), em que no sul brasileiro apresenta as maiores prevalências de obesidade sendo estas semelhantes ou superiores a países desenvolvidos.

A Secretaria Estadual da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul publicou em 2014 um relatório sobre o estado nutricional dos indivíduos acompanhados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional no ano de 2013, sendo que no município de Ijuí, 23% dos indivíduos adultos apresentavam-se em obesidade de grau I, 10,7% em obesidade grau II e 5,63% em obesidade grau III; e ainda, 30,6% encontravam-se em sobrepeso.

Face ao exposto, o presente trabalho teve como objetivo abordar os índices de obesidade, em

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

especial da região sul do Brasil, e correlacioná-los com ações de promoção a saúde e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis, desencadeados pela obesidade.

METODOLOGIA

Para este estudo foram analisadas as informações disponíveis nos documentos de referência do Ministério da Saúde sobre o tema obesidade, em especial aquelas referentes à região sul do Brasil. Trata-se de um estudo descritivo documental, no qual as informações foram buscadas em meio eletrônico, disponíveis no portal do Ministério da Saúde (DATASUS, ANS, Caderno de Atenção Básica 38) e outros documentos e estudos de referência que corroboram estes dados, como ABESO, FAO, VIGITEL, OPAS.

DISCUSSÕES

A obesidade é uma das enfermidades mais antigas presente na sociedade e um conjunto de fatores evidenciam seu resultado, sejam eles econômicos, sociopolíticos, históricos, biológicos ou físicos, acometendo crianças, adultos e idosos. Em 2015 o IBGE juntamente com o PeNSE, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, apresentou que o predomínio de obesidade em escolares de 13 a 17 anos de idade, foi observado na região Sul com 10,2% contra 6% dos escolares da região Norte. O excesso de peso também foi predominante no Sul, ultrapassando as demais grandes regiões sendo a mais elevada, com 28,2% de prevalência. A mesma pesquisa traz consigo, dados que apresentam os percentuais de escolas que proporcionam um ambiente mais completo para a prática de esportes, sendo estes no Sul apenas 20,1% das escolas públicas contra 70,2% das escolas privadas, visto que o percentual de escolas públicas na região é significativo. Tal informação vai ao encontro com os dados dos maiores índices de escolares com posse de aparelho celular e computadores (de mesa, notebook, entre outros), sendo na região gaúcha 92,6% e 80,6%, respectivamente. Tais comparações, referem-se à causa do sedentarismo por falta de exercícios e atividades físicas que contribuem com o grau de obesidade.

O Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA, 2016), relata que a prevalência de obesidade (12,4% sexo masculino e 9,8% feminino) e hipertensão arterial (15,8% sexo masculino e 9,2% feminino) entre adolescentes de 12 a 17 anos de idade, continua sendo mais elevada em municípios de grande porte no sul brasileiro, diferindo significativamente das demais regiões. Visto que, a hipertensão sempre foi maior entre os adolescentes com obesidade, pode-se afirmar a correlação entre ambas as doenças.

De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS, 2017), no mais recente estudo realizado pelo projeto ERICA, o mesmo constatou que as taxas de obesidade entre adolescentes atingiu 12,5% na região Sul. Demais dados divulgados anteriormente pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF, 2010), ressaltam que nesta região obteve um acréscimo de 5 vezes no percentual de obesidade durante o período de 1989 a 2009, referindo-se que 63% da população gaúcha encontrava-se em sobrepeso/ obesidade; além disso, a região apresentou as maiores frequências tanto de obesidade (15,9% dos homens e 19,6% das mulheres) quanto de

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

excesso de peso (56,8% dos homens e 51,6% das mulheres) de todo o País, no último ano do estudo.

Segundo estatísticas de óbitos por ocorrência, por região de saúde e município, disponibilizado pelo DATASUS (2017), a região denominada Diversidade, com abrangência de 19 municípios, obteve 937 óbitos por causas evitáveis (de 5 a 74 anos); destes, 565 (60,3%) localizados no município de Ijuí, seguido pelo município de Panambi com 83 óbitos registrados (8,8%) no mesmo período. Apesar destes dados não apresentarem de forma nominal as causas evitáveis dos óbitos, manifesta-se grande preocupação quanto aos mesmos, visto que diversas doenças e agravos não transmissíveis têm correlação direta com a obesidade, cujo desfecho de óbito poderia ser prevenido a partir de mudanças no comportamento e/ ou estilo de vida. Não obstante, é reconhecido o caráter multifatorial quanto à etiologia da obesidade. Por outro lado, há que ainda considerar informações corroboradas pela Organização Pan-americana da Saúde juntamente com a OMS, que ressaltam o fato da praticidade e do aumento no consumo dos produtos alimentícios ultraprocessados, contribuírem para os índices de obesidade, assim como a redução do nível de atividade física das pessoas - crianças, adultos e idosos.

No que diz respeito ao consumo de bebidas industrializadas, o estudo VIGITEL (2017) apresentou o consumo de refrigerante entre adultos (por capital) em cinco ou mais dias da semana, onde a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, permanece com a maior frequência (23,7%) em comparação à capital do Rio Grande do Norte, Natal, com 6,3%. Diante disto, faz-se imperativo cumprir políticas intersetoriais, a exemplo do compromisso que o Brasil assumiu em março de 2017, em um evento internacional promovido pela OPAS/ OMS, de atingir metas para frear o crescimento do excesso de peso e obesidade no país até o ano de 2019. Entre as três metas assumidas, destaca-se a redução em pelo menos 30% do consumo de refrigerantes e sucos artificiais até o final do presente ano.

De forma semelhante, no ano de 2014, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul sancionou a Lei nº 14.530, a qual sistematiza diretrizes da Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Diagnóstico de Obesidade e Sobrepeso, entre estas o incentivo à produção de alimentos saudáveis e divulgação de informações sobre alimentação adequada. Por tanto cabe também ao Estado suscitar e apoiar as indústrias na promoção de ações de marketing saudável, assim como o desenvolvimento de produtos alimentícios menos danosos à saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações aqui mencionadas, constata-se que a prevenção e o controle da obesidade requerem ações intersetoriais, que apoiem e incentivem os indivíduos a aderir modos de vida saudáveis para a recuperação do peso sadio. Para tanto, ações de educação alimentar e nutricional devem ser investidas, de forma precoce, contemplando todos os públicos e sujeitos - crianças, jovens, adultos e idosos.

Concomitante às ações de educação em saúde, a identificação dos dados relacionados à obesidade

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

e às doenças e agravos não transmissíveis na região sul e em suas microrregiões, por meio de pesquisas, são de vital necessidade para nortear as políticas de saúde e a promoção da qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Doenças não transmissíveis; Estado Nutricional; Obesidade Abdominal; Sobrepeso;

Keywords: Noncommunicable Diseases; Nutritional Status; Obesity Abdominal; Overweight;

REFERÊNCIAS

ABESO. Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. São Paulo. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/atitude-saudavel/mapa-obesidade>. Acesso em: 06 jun. 2019.

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos. Gerência de Monitoramento Assistencial. Coordenadoria de Informações Assistenciais. **Manual de Diretrizes para o Enfrentamento da Obesidade na Saúde Suplementar Brasileira**. Rio de Janeiro, 2017. 47 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Vigitel Brasil 2017: Estimativas sobre Frequência e Distribuição Sociodemográficas de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas nas Capitais dos 26 Estados Brasileiros e no Distrito Federal em 2017**. Brasília, 2018. 130 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2017_vigilancia_fatores_riscos.pdf. Acesso em: 19. jun. 2019.

DATASUS. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS. Portal da Saúde SUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&id=6937>. Acesso em: 14 jun. 2019.

GIGANTE, D. P., et al. Prevalência de obesidade em adultos e seus fatores de risco. **Rev. Saúde Pública**. v. 31, n. 3, p. 236-46, jun. 1997.

RECH, R. R., et al. Prevalência de obesidade em escolares de 7 a 12 anos de uma cidade Serrana do RS, **Brasil. Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum**. v. 12, n. 2, p. 90-97. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.530 de 29 de abril de 2014. Cria as diretrizes. Estado do Rio Grande do Sul Assembléia Legislativa.

IBGE. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015**. Rio de Janeiro, 2016. 132 p.

Bioeconomia:
DIVERSIDADE E RIQUEZA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SALÃO DO UNIJUI 2019
CONHECIMENTO

21 a 24 de outubro de 2019

XXVII Seminário de Iniciação Científica
XXIV Jornada de Pesquisa
XX Jornada de Extensão
IX Seminário de Inovação e Tecnologia

Evento: XXVII Seminário de Iniciação Científica

WANNMACHER, Lenita. Organização Pan-americana da Saúde. **Obesidade como fator de risco para morbidade e mortalidade: evidências sobre o manejo com medidas não medicamentosas.** Brasília. v. 1, n. 7, p. 10, maio. 2006.

OPAS, Brasil. Em evento na OPAS/OMS, Brasil assume metas para frear crescimento da obesidade até 2019. Organização Pan-Americana da Saúde, Brasília. março 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5366:em-evento-na-opas-oms-brasil-assume-metas-para-frear-crescimento-da-obesidade-ate-2019&Itemid=820. Acesso em: 10 jun. 2019.